

## **A representação do idoso em tempos de pandemia: Bolsonaro e o enfrentamento neoliberal da COVID-19 no Brasil.**

*Flávia Motta de Paula Galvão<sup>1</sup>*  
*Glariston Resende<sup>2</sup>*  
*Fernanda Motta de Paula Resende<sup>3</sup>*

**Resumo:** Em plena crise político-ideológica, econômica e social acirrada desde o golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff, o Brasil se vê diante da gravíssima crise sanitária, causada pela COVID-19, com inúmeras mortes humanas, esgotamento do serviço público de saúde, isolamento social, precarização das condições de trabalho, adoecimento mental, abandono de crianças e idosos em situação de vulnerabilidade. Nesse quadro, um segmento ganhou a centralidade no discurso do presidente Jair Messias Bolsonaro: os idosos brasileiros. A inquietação a respeito do idoso e da velhice, em tempos de pandemia no Brasil, foi motivada pelas falas preconceituosas e excludentes em relação ao idoso por parte de Bolsonaro. Na representação por ele construída, em pleno enfrentamento da Covid-19, sob os auspícios da consolidação de um estado neoliberal, há a naturalização da necropolítica neoliberal, colocando o combate à pandemia a cargo dos próprios indivíduos, esperando destes resiliência, como se fosse um verdadeiro ato patriótico, em que o cidadão tem o dever de proteger a economia com a própria vida. O idoso, aqui, é visto como uma parcela social improdutiva, que, por ser redundante, deve ficar marginalizada, torcendo para os atuares estoicos dos mais jovens, cuja morte se trata de simples preço pela liberdade oferecida aos indivíduos pelo governo neoliberal.

**Palavras-chave:** Representação; Idoso; Discurso; Neoliberalismo; Necropolítica.

---

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Linguísticos (UFU). Professora Substituta no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa "Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistemico-Funcional" - (CNPq). E-mail: [flaviamottapaula@gmail.com](mailto:flaviamottapaula@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Políticas Públicas (UFMA). Juiz Titular da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude de Fernandópolis (TJ/SP). Membro do Grupo de Pesquisa "História e Política Educacional Brasileira" - (CNPq). E-mail: [glaristonresende@yahoo.com.br](mailto:glaristonresende@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutora em Educação (UNESP-Marília). Professora Assistente do Departamento de Educação da UNESP - São José do Rio Preto. Vice-líder do Grupo de Pesquisa "História e Política Educacional Brasileira" - (CNPq). E-mail: [fernanda.resende@unesp.br](mailto:fernanda.resende@unesp.br)

## Introdução

O Brasil vivencia hoje uma das piores crises já demarcadas em sua história, a da Covid-19, no contexto do governo Bolsonaro. Em tempos remotos, já vivenciamos o genocídio dos povos indígenas em nome da expropriação da terra e do ouro brasileiro; vivenciamos também o genocídio do povo negro em nome do manutenção secular da escravidão; vivenciamos as marcas sombrias dos porões da ditadura militar brasileira de 1964 que, segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), reconheceu desaparecimentos políticos e 434 mortes. Porém, nunca vivenciamos uma pandemia balizada nas premissas neoliberais de condução estatal bolsonarista.

Em meio à crise político-ideológica, econômica e social acirrada desde o golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta da república Dilma Rousseff, nosso país se vê diante de uma gravíssima crise sanitária, a pandemia da Covid-19, causando inúmeras mortes humanas, esgotamento do serviço público de saúde, isolamento social, precarização das condições de trabalho, adoecimento mental, abandono de crianças e idosos em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, há total descomprometimento do governo federal com seu povo, cujo presidente da República chegou a nomear a contagiosa pandemia Covid-19 de “gripezinha”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, configurando-se o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

Nesse interim de medos, incertezas e instabilidades em âmbito mundial, o termo vulnerabilidade ganhou notoriedade para caracterizar os grupos de pessoas que estariam mais propensos a ter complicações e morrer de Covid-19 e, dentre os seguimentos anunciados, estavam os portadores de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, asma e os indivíduos acima de 60 anos.

Segundo Telarolli Júnior e Farache Filho (2012), o envelhecimento da população brasileira nos últimos 50 anos constituiu-se em um dos mais significativos fenômenos de transformação demográfica observados na história do Brasil. Apontam os referidos autores que a situação de vulnerabilidade e exclusão social que a parcela idosa da população está submetida, sobretudo pelo fato do idoso ser, muitas vezes, representado como um indivíduo improdutivo e, conseqüentemente, incapaz de continuar se desenvolvendo e contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, colocam-nos à margem da sociedade brasileira, conformando parte da população redundante, a qual, não contribuindo para a resiliência social, compõe um dos principais alvos da necropolítica neoliberal.

A partir da década de 1970, fruto de reivindicações realizadas pela sociedade, sobretudo, como desdobramento do documento Políticas para a Terceira Idade: diretrizes básicas, elaborado, na década de 1990, pela Associação Nacional de Gerontologia- ANG, o qual estabelece recomendações sobre questões relativas a essa parcela da população, tivemos formulada a política nacional do idoso por meio da Lei n. 8.842/94 e a criação do Conselho Nacional do Idoso. Em 2003, o Estatuto do Idoso, regulamentado pela Lei nº 10741/03, foi criado com o objetivo precípua de resgatar os princípios constitucionais que garantem aos cidadãos os direitos que preservem a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade, prescritos no artigo terceiro da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, a inquietação a respeito do idoso e da velhice em tempos de pandemia no Brasil foi motivada pelas falas preconceituosas e excludentes em relação ao idoso por parte do presidente Bolsonaro. Envelhecer é uma consequência da vida e há, por conseguinte, uma necessidade de preparação para essa nova etapa, de reflexão sobre o tema, para compreendermos a situação do idoso em tempos de restrições, especulações e de intensificação das necropolíticas neoliberais no país. Após observarmos recorrentes falas do presidente sobre a condição do idoso em tempos de Covid-19, debruçamo-nos em trabalhar com o funcionamento das representações do idoso construídas por ele, já que a sua imagem, enquanto líder de uma nação, pode influenciar no modo como os indivíduos se identificam ou não com a velhice e com o idoso.

Desde a ascensão de Bolsonaro ao poder, em 2019, a imagem do idoso tem sido associada a um “peso” para a sociedade. A exemplo disso são as políticas econômicas adotadas por este governo, como a Reforma da Previdência, o veto à ampliação da renda básica emergencial para idosos e falas do presidente, como em março de 2020, ao dizer ao apresentador Ratinho que “vão morrer alguns (idosos e pessoas mais vulneráveis) pelo vírus? Sim, vão morrer. Se tiver um com deficiência, pegou no contrapé, eu lamento...”. Com trechos como este, percebemos que há um desinteresse por parte de Bolsonaro quando o assunto é o idoso e, até mesmo, pessoas com deficiência, em detrimento de um discurso sobre a importância de manter a economia ativa e de um isolamento vertical.

Frente ao exposto, discorremos, neste trabalho, sobre as representações do idoso construída pelo presidente Bolsonaro, em um momento de enfrentamento da Covid-19, sob os auspícios da consolidação de um estado neoliberal, em que a vida humana parece ter menos importância quando a questão é a economia, ocorrendo, assim, uma inquietante naturalização de um discurso preconceituoso, de cunho mercadológico, que valoriza a “utilidade” do sujeito. Como arcabouço teórico-metodológico utilizamos a Análise de Discurso, doravante AD, especificamente os estudos de Michel Pêcheux, uma vez que AD é uma disciplina que busca problematizar as maneiras de ler e de levar o leitor a se colocar questões sobre o que se produz e o que se ouve nas diferentes manifestações da linguagem (ORLANDI, 2010).

## **A análise de discurso e a noção de representação**

As bases teóricas deste trabalho são norteadas pelos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1969; 1975; 1983) e pela noção de Representação, proposta por Foucault (1966; 1973), além de um panorama sobre a velhice no Brasil, a partir dos estudos de Beauvoir (1990) e Debert (1999). A relevância de estudar esses conceitos reside no fato de a Análise de Discurso possibilitar a apreensão de como a ideologia pode se materializar no

discurso e como o discurso se materializa na língua, com o intuito de compreender “como o sujeito, atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar(-se)” (SILVA, 2005, p. 17).

Conforme Orlandi (2005, p.86): “a análise de discurso se define pela sua proposta das novas maneiras de ler, colocando o dito em relação ao não dito, ao dito em outro lugar, problematizando as leituras de arquivo, expondo o olhar leitor à opacidade do texto”. Corroborando Orlandi (2005) e ampliando as possibilidades da AD, Bolognini (2005, p. 2) afirma que “os sinais são marcas na materialidade da linguagem: não se trata de verificar o que está escondido em um texto, mas sim, de verificar o que está presente em um texto”.

E é essa presença que permite que os efeitos de sentidos passíveis de serem produzidos pelos objetos simbólicos sejam uns, e não outros, conforme Orlandi (1999). Além disso, a noção de representação (entendida como a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente), abordada aqui, auxilia-nos na análise de como o idoso é representado por Bolsonaro. Para isso, tomamos como base as teorizações de Michel Foucault em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* ([1966] 2000) e *Isto não é um cachimbo* ([1973] 1988).

Assim, ao analisarmos o discurso do presidente Bolsonaro em relação à pessoa idosa, buscamos analisar e compreender de que modo esses sujeitos são representados por um líder político em meio à crise sanitária da Covid-19 e quais os efeitos dessas representações, uma vez que isso afeta, direta ou indiretamente, o modo como as demais pessoas se identificam ou não com o idoso e traz implicações na adoção de políticas públicas direcionadas a esse grupo social.

Válido destacar que Foucault, diante dos conceitos e termos apresentados pelos seus antecessores, optou em fazer o uso do termo *representação*, pois assim se mantém distante das questões conflitantes dos termos e conceitos de *mimesis*, verossimilhança, imitativo ou cópia. De acordo com Coelho (2011, p. 94), para Foucault, a linguagem não é a representação do real, pois o “signo verbal é arbitrário em relação aos objetos a que ele refere”. Além disso, a representação perpassa uma simples identificação com a realidade, pois ela não é cópia

deste real, mas, é semelhança e diferença em um mesmo espaço.

Sobre a importância da representação, Foucault (2000, p. 223) afirma que “a representação comanda o modo de ser da linguagem, dos indivíduos, da natureza e da própria necessidade”. Sendo assim, para Foucault, a representação seria composta pela repetição — que quando repete acaba por criar algo novo — e pela criação de algo novo por meio da não semelhança com o real. Dessa maneira, os dizeres do presidente, repetidos inúmeras vezes, pode contribuir para a construção de uma representação discursiva negativa em relação ao idoso e afetar na maneira como a sociedade irá lidar com as adversidades que foram acirradas pela pandemia, de modo, muitas vezes, a não atender necessariamente às demandas da pessoa idosa.

A representação aparece, assim, como uma transposição incompleta do mundo, é um método/técnica de objetivação do mundo. O mundo enquanto objeto surge na representação, sendo diferente do mundo/coisa. A representação é uma forma de dominação do mundo, “é um dispositivo usado pelo Homem para controlar, perceber o mundo. A representação é um dispositivo que permite dispor do mundo como se fosse uma imagem” (MIRANDA, 1971<sup>4</sup>).

## **O idoso na necropolítica da reorientação neoliberal**

Segundo Hobsbawn (1995), três principais motivos sociais permitiram importantes ganhos aos trabalhadores em seu processo de árdua reprodução de mão de obra, que foram: a destruição e o sofrimento da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução das economias e, principalmente, o medo do socialismo. Estes fatos ensejaram a ruptura com o liberalismo até então mundialmente dominante, criando 30 anos de profundas mudanças, em que o ideal socialdemocrata esteve presente nos governos das principais economias mundiais, o que, de certa forma, também teve reflexo nos países periféricos, dentre eles o Brasil.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://tir.com.sapo.pt/foucault.html>>. Acesso em 26 julho 2012.

Este lapso tricenal, também conhecido como “era dourada”, que durou trinta anos posteriores à Segunda Guerra, possibilitou o que Hobsbawn (1995) chamou de *revolução social*, e foi assim sintetizado por Grau:

Com esse panorama contrasta a “era dourada” dos trinta anos posteriores à II Guerra, quando vivemos um tempo mais feliz, caracterizado por altas taxas de crescimento do produto e incrementos da produtividade, elevação dos salários reais, reduzidas taxas de desemprego, ampliação do consumo de massa e criação de abrangentes sistemas de proteção ao bem-estar dos trabalhadores e dos cidadãos (GRAU, 2008, p. 50).

Vencidos os temores que ensejaram a revolução social, principalmente com a derrocada do ideal socialista, os ideais liberais voltaram aos palácios governamentais, agora com nova roupagem, o *neoliberalismo*, criticando ferrenhamente o tamanho do Estado, principalmente sua parte orientada aos ganhos sociais ao trabalhador.

Acirrou-se a contenda ideológica entre os socialdemocratas e os neoliberais, com predomínio desses no último cartel do século XX e nestes anos vivenciados no século XXI, observando-se a tendente retração estatal, com a paulatina minimização do Estado, aproximando-se do modelo de intervenção estatal contemporâneo à fase clássica do capitalismo.

Nesta guerra ideológica, para sobressair, o discurso neoliberal vendeu-se atrelado à ideia de liberdade, sendo o Estado, antes meio garantidor para os ganhos sociais, agora relido como ameaça, como ente escravizador. Houve paulatina (des)construção do ideal de igualdade, por partir da premissa de que as desigualdades são naturais e, assim sendo, são inelimináveis (BOBBIO, 2001). Por considerar naturais as desigualdades entre os homens, o neoliberalismo tende a acentuar os traços e características distintivas entre os homens e, por consequência, dentro da *regra áurea da justiça* – tratar os iguais de modo igual e os desiguais de modo desigual –, justifica-se o tratamento desigual entre os homens, considerando que os homens são desiguais por natureza (BOBBIO, 2001).

Diante disso, as minorias (negros, pobres, mulheres, índios, idosos etc.), apesar de, muitas vezes, serem maioria numericamente, outrora objeto de atenção e atuar positivo do

Estado, são vistos, agora, com o olhar culpabilizante, na medida em que são os responsáveis pela sua situação, ao não acompanhar a classe média. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando o presidente Bolsonaro, em março de 2020, com o acirramento das consequências da pandemia, afirma que o idoso é responsabilidade da família e que “o povo tem que parar de deixar nas costas do poder público” (Fonte: Poder 360).

A fé fundamentalista na não intervenção Estatal, na adoção da ordem espontânea, que

mediante a utilização de suas forças ordenadoras (a regularidade da conduta de seus membros) podemos chegar à ordem de um conjunto muito mais complexo de fatos do que jamais conseguiríamos por desígnio; porém, embora utilizando essa possibilidade de induzir uma ordem de muito maior extensão do que de outra forma seria possível, simultaneamente limitamos nosso poder sobre os detalhes dessa ordem. Diremos que ao utilizar o primeiro princípio temos poder apenas sobre o caráter abstrato e não sobre os detalhes concretos dessa ordem (HAYEK, 1999, p. 49).

E, nesta fé, os infortúnios sociais das classes desfavorecidas, nela inclusos os idosos, são suas responsabilidades únicas e, assim, a fragilidade de saúde dos idosos são responsabilidades suas, já que não tiveram vida regrada e saudável (não tiveram “histórico de atleta”, segundo Bolsonaro), e o aumento de sua pobreza justifica-se por sua improvidência com o futuro e por sua falta de controle de natalidade.

Como saída filosófica para estes problemas sociais agrega-se o ideal malthusiano, o qual percebe como inevitável o aumento de tais vulnerabilidades e, como remédios sociais, vê-se como positivos (freios positivos) os controles naturais, tais como: catástrofes naturais, guerras, fomes e, no particular, as epidemias, razão pela qual, ao invés de serem combatidas, são vistas como remédios para o controle social e aumento da *resiliência social*. Tal qual o mercado, que é parte do todo social, as demandas e serviços sociais naturalmente se regulariam, o que justificaria o afastamento Estatal.

Assim, se, no ideal socialdemocrata, o Estado fazia o papel de garantidor da seguridade social, evitando-se a ocorrência dos riscos sociais, ou atuando para diminuir seus efeitos nocivos, promovendo a distribuição social das consequências e gastos derivados dos atoures individuais, agora, a redistribuição de responsabilidades e de gastos perpetrada pelo



Estado é questionada e ojerizada pelo neoliberalismo, tachada de *paternalismo*, defendendo a culpabilização exclusiva individual, devendo trabalhar progressivamente para que os indivíduos arquem paulatinamente com as (se possível todas) responsabilidades e os gastos de seus atouares.

Neste processo de mudança de perspectiva do atuar Estatal, passando-o de Estado protetor, atuante na prevenção de riscos, para Estado não interventor, o neoliberalismo utiliza-se da alteração do *regime da verdade*, segundo Foucault, com o emprego da pós-verdade, ressignificando a compreensão dos fenômenos sociais até então entendidos, processo este bem sintetizado por Domingos:

Para dar cuenta de la legitimación del neoliberalismo en la transición de la prevención a la resiliencia en la sociedad del riesgo hemos hecho mención del *storytelling*, como práctica narrativa. Es en esa utilización, que nace inspirada en la mercadotecnia, donde encontramos el desarrollo de lo que ha venido a llamarse - posverdad-, término popularizado tras la elección como neologismo del año en 2016 por el Diccionario de Oxford. Para ello era imprescindible la mercantilización de la emoción, a la vez que se recuperaba como elemento esencial en la subjetivación ligada a la evaluación de riesgos. La confluencia entre la publicidad, la extensión de nuevas tecnologías – incluyendo la irrupción del Big Data –, junto con los cambios en la política de comunicación y la consolidación del neoliberalismo han propiciado un cambio que Michel Foucault llamara – Régimen de verdad -. Definido ese régimen como:

El tipo de discurso que en cada sociedad funciona como verdadero, los mecanismos y las instancias que permiten distinguir los enunciados verdaderos de los falsos, la manera de sancionar unos y otros, las técnicas y los procedimientos que son valorizados para la obtención de esa verdad; el estatuto de aquellos que tienen la responsabilidad de decidir aquello que funciona como verdad, que va mucho más allá de la mentira y que, sin embargo, es esencial en la construcción política del riesgo. (DOMINGOS, 2018, p. 48-49).

Nesta ressignificação dos fenômenos sociais, em que há a percepção das minorias como parasitárias, como observado em alguns dizeres do presidente Bolsonaro, o Estado, agora não atuante, em seu sentido positivo, tem como função a promoção da *resiliência social*, ou seja, em vendo, com sua inação, o aumento dos riscos sociais (os problemas comuns na velhice, doença, pobreza etc.), até então evitados, como remédio labora psicologicamente para o aumento da resiliência social, processo em que paulatinamente

desloca-se a culpa, e a sua responsabilidade, pelas catástrofes e riscos sociais, ao próprio atuar individual e coletivo, devendo os próprios “culpados”, e não o Estado, laborar para o enfrentamento da situação em que eles mesmos, por sua liberdade, meteram-se.

La catástrofe y el riesgo siguen de este modo asociándose a la culpa individual y colectiva. En ese sentido se acercan a los valores premodernos y sacralizados que querían ver en la catástrofe un castigo divino por el comportamiento pecaminoso de los sujetos, y que necesitaban de ritos expiatorios. Sin embargo, ese discurso inculpatório persiste en la – racional – sociedad del riesgo, que hace responsables a los ciudadanos de malos cálculos o de obrar ignorando el cálculo de probabilidades que supone el riesgo (DOMINGOS, 2018, p. 19)

Nesta perspectiva, agora, cabe ao Estado ajudar, digamos psicologicamente, o indivíduo a purgar as consequências de seu erro, balizando tanto o seu *lado motivacional*, para que não se prostre ante às vicissitudes oriundas do advento do risco social, como seu *ímpeto de revolta*, pacificando-o para minorar a “conflituosidade” da situação, sentidos este da resiliência social. Processo em que o Estado passa a adotar uma ética *decodificadora* ou *interpretativa* (COURI, 2001), uma vez que as coisas *são* o que *são*, *por que são e como são*. É uma ética que pressupõe a liberdade, valoriza o interesse pessoal, o livre-arbítrio, a iniciativa privada, os arranjos, as leis – visa à sociedade livre *nomocrática*, aquela governada pela lei (HAYEK, 1990) –, enfatiza o presente, é imediatista e indeterminada em sua visão de processo.

Dessa maneira, valoriza o direito, a norma, contudo, enquanto regra formal, regra universal de conduta justa, regra que se atém a normatizar o proibido, regra de exceção, e não regra que impõem conduta (HAYEK, 1999). Sobreleva o direito de liberdade, visto como a liberdade de viver, trabalhar e gozar de seus bens, sem quaisquer intromissões alheias de cunho positivo, determinando *como* e *quando*, respeitando, porém, qualquer intromissão no domínio protegido de outros indivíduos (HAYEK, 1999).

No entanto, neste processo, paulatinamente, percebe-se o aumento da *população redundante*, ou seja, aquela população mais extrema ao *exército de reserva* de Marx, dos

desempregados em terminologia atual, que se trata de uma parcela da população excluída definitivamente da vida social, mostrando-se verdadeiro peso social, indesejáveis.

Como ya ha apuntado, los cambios tecnológicos en una sociedad basada en el conocimiento y la información tienden a producir poblaciones desechables marcadas por la obsolescencia en el nivel de formación y en sus habilidades aplicadas a la producción. Sin embargo, nos equivocáramos si creyéramos que ese riesgo de caer en la tipología de población redundante se limita a las personas con menor nivel de cualificación. No solo la redundancia puede afectar cualquier nivel de cualificación, sino que hay que pensarlo como un proceso necesario para mantener las condiciones de mercado favorables al capital en régimen de continua competición. A pesar de los intentos de restricción de acceso a los niveles superiores de educación, en nombre de la saturación del mercado, y que su propia autorreproducción no deje de ampliar la brecha entre una minoría de altamente cualificados y una mayoría de cualificaciones bajas y medias, los primeros tampoco están a salvo de una redundancia que puede ser impuesta por parámetros ajenos a la especialización y la cualificación: de tipo interno desde la perspectiva individual, como lo puede ser la edad, o de tipo externo, como pueden representar los vaivenes de um setor concreto em relação a la explotación comercial de los productos resultantes (DOMINGOS, 2018, p. 78).

Para a população redundante, há a adoção de *necropolíticas*, políticas de cunho malthusiano, em que veem nos riscos sociais oportunidades para o expurgo social dos não quistos, uma correção natural do desequilíbrio social, políticas estas com crescente apoio social.

Isso porque, aos poucos, com o adensar do discurso neoliberal, vai se alterando o regime de verdade da sociedade, com novas ressignificações dos fenômenos sociais, em que o excluído é visto como único culpado por seu infortúnio e, como postulado por Foucault (1988), a repetição cria uma nova representação desses fenômenos, como é a questão do idoso em meio à pandemia da Covid-19.

Nesse processo, com o crescente poder oriundo da *manipulação do medo*, ante à completa ausência de sentimento de proteção social, inconscientemente, a população sabedora do risco real de poder ser o próximo a integrar as fileiras da população redundante, já que esta é formada por pessoas qualificadas e não qualificadas, cujo processo há variáveis externas ao querer e atuar individual, ao seu livre arbítrio, defende políticas que visam eliminar o perigo

latente, ao menos ao nível de sua presença constante e visível, que escancara a todo o tempo o terrível temor.

## O idoso na contemporaneidade

O crescimento significativo da população idosa constitui hoje tema relevante de debates e, inclusive, produções científicas de caráter interdisciplinar. A humanidade está presenciando a emergência de um fato social com reflexos políticos, econômicos e culturais, de grande dimensão. Hoje, não apenas no Brasil, mas no cenário mundial, há uma preocupação com a situação do idoso, uma vez que estamos em um processo demográfico irreversível, resultando em populações mais velhas em todos os lugares. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), “[...] a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deve duplicar entre 2007 e 2050, e seu número atual deve triplicar, alcançando dois bilhões em 2050”<sup>5</sup>.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, realizada em 2019, a expectativa de vida no Brasil aumentou para 76,6 anos. No período avaliado, a expectativa de vida feminina era de 80,1 anos. Entre os homens, em 2010, a idade média era de 66,3 anos; em 2019, a expectativa era de 73,1 anos. Do total de 212.852.447 da população brasileira, mais de 9 milhões têm 65 anos ou mais<sup>6</sup>.

Esse aumento na expectativa de vida das pessoas decorre da queda de mortalidade, do avanço do conhecimento médico, da urbanização adequada das cidades, da melhoria nutricional, da elevação dos níveis de higiene pessoal e ambiental tanto em residências como no trabalho, assim como em decorrência dos avanços tecnológicos. Segundo a OMS — Organização Mundial da Saúde —, em 2025 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos.

Um dos efeitos do aumento no número de idosos é a maior circulação de

---

<sup>5</sup> Dados obtidos do site da ONU. Fonte: <[www.onu.org.br](http://www.onu.org.br)>. Acesso em 05 jan. de 2012.

<sup>6</sup> Dados obtidos através do portal: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 20 de março 2021.

representações de idoso e da velhice na mídia, inclusive, afetando o modo como essas representações se constroem. O estabelecimento dessas representações não é realizado sem um objetivo, pois a mídia, os governantes e o mercado consumidor já perceberam a importância econômica que o idoso possui. De acordo com Debert (1999, p.25), “transformações relevantes ocorridas no curso da vida explicam as novas formas de gestão da velhice e as novas imagens do envelhecimento. As idades são tidas como mecanismos privilegiados na criação de atores políticos e na definição de mercados de consumo”.

Para Beauvoir (1976), existe uma dificuldade na cultura moderna em abordar a questão do idoso. A velhice é um assunto vergonhoso do qual é indecente falar. Trata-se de um tabu que é melhor esquecer, por ser um assunto que incomoda. Vive-se uma contradição entre a busca de uma sempre maior longevidade e uma crescente situação de marginalização e obsolescência do idoso. Constata-se que, por um lado, a ciência busca a realização do sonho da imortalidade, mas, por outro, a economia aponta para a inutilidade do idoso reduzido à sua condição de puro consumidor de produtos que prometem longevidade.

A professora Martins, ao prefaciá-lo livro de Haddad, “O direito à Velhice” (1983), cita que a luta desenvolvida pelos aposentados nos últimos anos pelos seus direitos permite-nos dizer que “os idosos não esperam mais que lutemos por eles, mas que lutemos com eles”. Conforme a própria Haddad (1986, p.18), desde 1919, a velhice vem sendo objeto de intervenção legal ou de tutela do Estado, que “prescreve normas e leis para serem seguidas pelos idosos em geral”.

Essa perspectiva reflete no “processo de autodesvalorização, de subestima que constitui um dos estereótipos mais característicos do envelhecimento” (PRETI, 1991, p. 28). As representações sobre a velhice e a posição social dos idosos ganham significados diversos conforme os contextos da sua época. Apesar do aposentado ter ganhado notoriedade nas falas das lideranças, até os dias de hoje, não houve apropriação e nem conscientização por parte da sociedade.

Na sociedade atual, capitalista e ocidental, qualquer valoração se fundamenta na ideia básica de produtividade, inerente ao próprio capitalismo. O modelo capitalista fez com que a

velhice passasse a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social.

De acordo com Haraven (1999), o declínio do status dos velhos não pode ser explicado pela expulsão gradual de pessoas da força de trabalho aos 65 anos no começo do século XX, nem pelas imagens negativas dos velhos e a sua caracterização como inúteis, ineficientes e senis que já aparecem na literatura popular norte-americana no final do século XIX. Esse processo, considera a autora, deve ser compreendido como fruto da crescente segregação dos diferentes estágios da vida que caracterizam as sociedades modernas, particularmente a sociedade norte-americana.

Baczko (1985) afirma que:

[...] o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (BACZKO, 1985, p. 311).

De acordo com o autor, é do cenário das representações que sairão os termos e as expressões classificatórias como velho e velhote, idoso e terceira idade. Tais termos e expressões são responsáveis pela construção de uma identidade estigmatizada, que acaba por excluir do processo social os indivíduos que se encontram com sessenta anos ou mais.

## **A representação do idoso nos dizeres de Bolsonaro**

Desde os primeiros indícios de contaminação de brasileiros pela Covid-19, o presidente da República tem adotado medidas controversas, como a demissão de Mandetta e Nelson Teich, ex-ministros da Saúde, a exigência do uso de Cloroquina, medicamento ainda em testes e não aprovado pela Organização Mundial da Saúde, para o tratamento do

Coronavírus, além de falas constantes que tentam minimizar os efeitos da pandemia. Em uma “live”, do dia 21/05/2020, sobre o uso de Cloroquina, Bolsonaro disse:

Nós sabemos que não tem uma comprovação científica e não tem nenhum remédio comprovado, mas tem muitos relatos de médicos, de pessoas com comorbidades que tomaram desde o começo a hidroxicloroquina e está vivo. Alguns morrem, é lógico. Nem todo mundo toma remédio e vai se curar. Mas a grande maioria está vivo e conta a sua experiência e muitos hospitais particulares têm recebido<sup>7</sup>.

Desse modo, o presidente afirma que não há comprovação, mas que é preciso usar o medicamento por meio apenas de relatos, o que denota, novamente, um descaso com a manutenção da vida e constrói-se uma representação de que a ciência poderia basear-se apenas em relatos.

Além disso, suas falas têm ganhado muita repercussão nas mídias brasileira e mundial, fato comprovado, por exemplo, quando Bolsonaro, após a notícia do número de mortes no Brasil ter superado o da China, em 28 de abril de 2020, disse: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre...”. Nesta fala, o presidente demonstra seu descaso com o número de pessoas mortas e utiliza de um discurso religioso para construir sua desresponsabilização com as consequências da pandemia.

Frente a esta realidade, para nosso trabalho, analisamos trechos de fala do presidente, divulgados na mídia, em que ele se refere ao idoso em tempos de pandemia. O objetivo, com estas análises, é entender como o líder da nação brasileira representa o idoso e a velhice no contexto neoliberal vigente.

Trecho 01 - 20/03/2020: "**Vão morrer alguns [idosos e pessoas mais vulneráveis] pelo vírus? Sim, vão morrer.** Se tiver um com deficiência, pegou no contrapé, eu lamento". (Fonte: Uol, 2020<sup>8</sup>).

Trecho 02 - 25/03/2020: “Pô, cara [jornalista], você quer que eu faça o que? **Que eu tenha o**

---

<sup>7</sup> *Correio Braziliense*. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna\\_politica,857264/bolsonaro-deixe-o-pobre-e-o-idoso-fazer-uso-da-cloroquina-de-graca.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna_politica,857264/bolsonaro-deixe-o-pobre-e-o-idoso-fazer-uso-da-cloroquina-de-graca.shtml)>. Acesso em 26 maio 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/27/bolsonaro-quer-convencer-que-vida-de-idoso-e-pedagio-a-pagar-ao-coronavirus.htm?cmpid>>. Acesso em 26 maio 2020).

**poder de pegar o idoso? É a família dele que tem que cuidar dele em 1º lugar.** O povo tem que parar de deixar nas costas do poder público. Aqui não é uma ditadura, aqui é uma democracia”. (Fonte: Poder 360, 2020<sup>9</sup>).

Trecho 03 - 08/04/2020: “Quem tem abaixo de 40 anos, tem que se preocupar pra não transmitir o vírus pros outros. Mas pra ele, pra sua vida, é quase zero esse risco. **Devemos, sim, cada família cuidar dos mais idosos.** Não pode deixar na conta do estado. **Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto e é isso. Evitar o contato com eles a menos de dois metros. E o resto tem que trabalhar, porque tá havendo uma destruição de empregos no Brasil**”. “A chuva está aí, vamos se [sic] molhar. **Alguns podem morrer afogados na chuva. Quem são? Os mais idosos e aqueles que têm doenças pré-existentes**”. (Fonte: Estado de Minas, 2020<sup>10</sup>).

Trecho 04 - 21/05/2020: “A gente apela ao senador Humberto Costa que já foi ministro da saúde, como não temos outro remédio, **deixe o pobre, o idoso, aquele que tem algum tipo de doença, fazer o uso da hidroxicloroquina de graça nos hospitais.** Eu peço quase que pelo amor de Deus, é vida”. (Fonte: Correio Braziliense, 2020<sup>11</sup>).

Entre os meses de março e maio de 2020, o presidente Jair Bolsonaro deu várias entrevistas, porém poucas ocorreram por meio de coletiva de imprensa. A maioria dessas entrevistas foram proferidas em frente ao Palácio do Alvorada, em Brasília, em meio a alguns apoiadores e diferentes veículos de comunicação. Outras são entrevistas dadas a alguns canais de televisão escolhidos pelo presidente.

Conforme pode ser lido nos trechos apresentados, são falas que demarcam a posição discursiva<sup>12</sup> de Bolsonaro, que, muitas vezes, mostra-se excludente e preconceituosa. No

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-define-que-brasil-tera-quarentena-so-para-idosos-com-comorbidade/>. Acesso em 26 maio 2020).

<sup>10</sup> Entrevista ao programa *Brasil Urgente*, do apresentador José Luiz Datena. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/08/interna\\_nacional,1137022/familias-que-cuidem-de-seus-idosos-diz-bolsonaro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/08/interna_nacional,1137022/familias-que-cuidem-de-seus-idosos-diz-bolsonaro.shtml). Acesso em 26 maio 2020).

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna\\_politica,857264/bolsonaro-deixe-o-pobre-e-o-idoso-fazer-uso-da-cloroquina-de-graca.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna_politica,857264/bolsonaro-deixe-o-pobre-e-o-idoso-fazer-uso-da-cloroquina-de-graca.shtml). Acesso em 26 maio 2020).

<sup>12</sup> Importante ressaltar que o presidente Jair Bolsonaro não está vinculado a um partido político desde novembro de 2019, quando anunciou a sua saída do Partido Social Liberal (PSL). O presidente, junto a seus apoiadores, tentou fundar um novo partido, chamado “Aliança pelo Brasil”, cujo número era 38, uma referência a arma, um revólver de calibre .38, contudo ainda não conquistou todos os critérios necessários para se efetivar. Na página do “site” oficial da Aliança pelo Brasil, encontramos, mais uma vez, a exaltação do patriotismo, da religião e da política neoliberal: “Com base na verdade, na transparência, na ética e sob a liderança de Jair Bolsonaro, vamos construir juntos, com coragem e patriotismo, um movimento que marcará para sempre a política nacional e será uma trincheira na defesa dos valores **judaico-cristãos**, da soberania nacional, da democracia e **do empreendedorismo como mola propulsora da nossa economia**” (Disponível em: <https://www.aliancapeloBrasil.com.br/>. Acesso em 31 maio 2020, destaques nossos). Dessa maneira, fica evidente o lugar de destaque do discurso econômico neoliberal em detrimento às questões sociais, por exemplo.



trecho 01, em entrevista ao Ratinho, ao afirmar que *alguns* vão morrer, Bolsonaro confessa que sabe que há um grupo mais vulnerável (deficientes e idosos) à epidemia, porém ao utilizar o pronome indefinido *alguns*, ele reforça que não se sabe exatamente a quantidade e minimiza os números, ao tentar representar que é um número indefinido e que, talvez, poucos morrerão. Além disso, o presidente também deixa claro que não há uma política estatal de prevenção específica para este grupo, o que pode ser associado a uma faceta do neoliberalismo, que trata os iguais de modo igual e os desiguais de modo desigual (BOBBIO, 2001).

Percebe-se também, pelos dizeres em formas de perguntas retóricas, que Bolsonaro naturaliza o risco, entendendo como natural o fato de a pandemia matar os mais vulneráveis, razão pela qual o Estado deve se afastar desta questão.

No trecho 02, também do mês de março, Bolsonaro indaga a um jornalista o que ele poderia fazer com a situação do idoso e ironiza o fato. O uso da ironia, para nós, assim como para Machado (2014), é mais uma estratégia argumentativa do presidente para não responder às diferentes indagações de jornalistas. Conforme Machado (2014), “o sujeito-irônico prefere – por uma razão ou outra – enunciar algo por meio de uma não-verdade que o protegerá, sem dúvida, das sanções que um enunciado muito agressivo ou direto poderia provocar” (MACHADO, 2014, p. 117). É isso que percebemos em várias falas do presidente, o qual, quando pressionado pela mídia, diz que é “apenas uma brincadeira”; com isso, acaba não sendo responsabilizado pelos seus próprios dizeres.

Em seguida, o presidente afirma que é responsabilidade da família cuidar do idoso, eximindo a responsabilidade do Estado, do qual ele é o representante. Tal fato corrobora a visão neoliberal de menor intervenção do Estado, que, por sua vez, deixa de ser o garantidor da seguridade social. Nesse mesmo trecho, Bolsonaro ainda faz uma associação entre responsabilidades do Estado e democracia, sendo possível construir alguns sentidos, entre eles o de que, pelo fato de o Brasil ser uma democracia, não poderia intervir na questão do idoso, o qual, segundo o presidente, deve ser tutelado pela própria família.

Em oposição a isso, Bolsonaro abre interpretações de que, em governos ditatoriais, prevalece a questão social, pois “o povo deixa nas costas do poder público”. Assim, constrói-

se uma representação discursiva de que o afastamento do Estado no enfrentamento da pandemia é reflexo de uma sociedade livre, que, assim sendo, ao seu turno, deve ser resiliente aos diversos percalços da vida, constituindo as mortes de idosos seu pequeno preço pela liberdade.

Assim, nessa fala, o não-dito torna-se algo fundamental (ORLANDI, 2005). Surge, nesse mo(vi)mento, uma proposta particular de colocar o dito em contraposição ao não-dito, procurando, dessa forma, estabelecer aquilo que o Bolsonaro diz com aquilo que ele não diz, mas que permanece significando em seu dizer e que, por isso, consiste em si um processo de produção de sentidos. Assim, o dito “democracia x ditadura” associa-se ao não-dito da relação entre políticas públicas assistencialistas a governos ditatoriais e o presidente, desse modo, reforça o discurso neoliberal e a desresponsabilização do Estado pela morte de inúmeros idosos brasileiros.

No trecho 03, em entrevista ao apresentador Datena, volta a dizer que é dever das famílias cuidarem dos idosos e, nessa hora, Bolsonaro novamente esquece do que é previsto no Estatuto do Idoso:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Ainda no Estatuto do idoso é previsto a garantia de prioridade, que abarca:

- I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

Nesse sentido, a família tem dever, mas o Estado não pode se eximir de suas responsabilidades com a pessoa idosa, principalmente diante de um contexto atípico como o de pandemia. Ademais, consoante ao apregoado pelo próprio Estatuto, o idoso tem prioridade

nas políticas públicas e na destinação de recursos, garantias que não têm sido mantidas pela gestão de Jair Bolsonaro.

Outro ponto importante do trecho 03 é quando Bolsonaro diz para “botar o vovô e a vovó lá no canto”. Primeiro, o presidente parece desconsiderar totalmente a capacidade de autonomia da pessoa idosa, a qual, aqui, poderia ser associada a um objeto que colocamos em determinado lugar e ele jamais sairá de lá, ou seja, nos dizeres do presidente, o idoso passa a ser representado como um ser passivo, sem vontades e sem capacidade de pensamento e desejos, é alçado à “coisa”, que ficará inerte às vontades da própria família. Demonstra que o idoso, em sua ótica, equivale à parcela redundante da sociedade, a qual não há nada a ser oferecido, senão a necropolítica neoliberal.

Bolsonaro com esse discurso de “colocar o vovô e a vovó no canto” apaga completamente as estatísticas do número de idosos que trabalham mesmo depois da aposentadoria, pois muitos idosos continuam trabalhando em virtude da falta de renda e da busca por meios para custear as despesas não somente da pessoa, mas da família. Em 2019, por exemplo, 8% dos idosos acima de 60 anos ainda trabalhavam no mercado formal<sup>13</sup>. Ainda há números que não são tão precisos, pois existem vários idosos na informalidade, como na venda de alimentos, costura, motoristas de aplicativos, entre outras funções. Portanto, o presidente apaga uma faceta fundamental que é a necessidade de que vários idosos têm de sair de suas casas em busca de alguma dignidade e que, certamente, são mais suscetíveis ao agravamento da Covid-19.

Ainda no trecho 03, Bolsonaro reafirma que “alguns podem morrer afogados na chuva”. Ele é, novamente, irônico e minimiza o número de mortes, contudo, até o dia 20 de dezembro de 2020, 74% dos mortos tinham mais de 60 anos<sup>14</sup>, o que é uma realidade muito diferente da exposta pelo presidente.

---

13 Informações disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/apenas-8-dos-brasileiros-com-mais-de-60-anos-ainda-trabalham.shtml>>. Acesso em 31 de maio 2020.

14 Informações disponíveis em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/conheca-a-faixa-etaria-dos-mortos-por-covid-19-no-brasil-italia-e-espanha/>>. Acesso em 11 de jan. 2021.

Na publicação de maio, trecho 04, em que o presidente se mostra favorável ao uso da Hidroxicloroquina, medicamento ainda em teste e não autorizado pela OMS, e pede para que deixem pobres e idosos usarem o remédio, pois não há outro, nota-se claramente a despreocupação de Bolsonaro com estes grupos. Isso pode ser identificado, porque o medicamento ainda está em testes e não há certezas sobre os efeitos, então, o pobre, o idoso e pessoas com alguma comorbidade seriam uma espécie de cobaia para testar a eficácia do remédio. Bolsonaro diz que é “pela vida” o seu pedido, mas é algo contraditório, pois muitas pessoas podem morrer pelo uso indiscriminado da Cloroquina, a exemplo de vários casos nos Estados Unidos.

Além disso, no trecho 04, o presidente usa o sujeito “a gente”, termo coloquial e que se aproxima do modo de falar de muitas pessoas no cotidiano, construindo uma representação de que aquela solicitação é feita por um grupo de pessoas. Neste momento, indagamo-nos quem seriam estas pessoas: deputados, senadores, governadores, aliados do presidente? É um uso genérico da linguagem para construir uma reivindicação coletiva e não ser um pedido isolado de Bolsonaro e que ele estaria na posição de porta-voz dessa coletividade indefinida. Ademais, novamente, o presidente recorre ao discurso religioso para “clamar” a Deus a autorização do uso do medicamento sem comprovação científica, baseado, conforme discutido acima, apenas em relatos.

## **Considerações finais**

Este trabalho teve como propósito investigar, analisar e problematizar as possibilidades de representação do idoso nos dizeres do presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. A pandemia de COVID-19 atravessou o Brasil em delicadíssima situação, todo fraturado em razão da crise político-ideológica, econômica e social acirrada desde o golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta da república Dilma Rousseff e, ainda, colapsado pelas desastrosas políticas bolsonaristas de reorientação neoliberal.

O Presidente se mostra, com sua total inação, que pouco fará na área de Saúde para o enfrentamento da pandemia, e demonstra, em seu discurso, a naturalização da necropolítica neoliberal, colocando o combate à pandemia a cargo dos próprios indivíduos, esperando destes resiliência, vista esta como ato patriótico, em que o cidadão tem o dever de proteger a economia, dando a vida se necessário for.

O idoso, nesse cenário, é visto como uma parcela improdutivo social, que, por ser redundante, deve ficar marginalizada, torcendo para os atuares dos mais jovens e, caso faleçam, trata-se de simples preço da liberdade oferecida aos indivíduos pelo governo neoliberal de Bolsonaro.

Diante do exposto, não podemos esperar que a sociedade valorize o idoso, que faça cumprir seus direitos, sem antes tentar mudar certas representações que se têm de idoso, como a de que ele é um não-ativo, não-feliz, não-autônomo, não-saudável, não-ocupado e, por isso, não tenha nada a contribuir com a sociedade. É preciso (re)criar e (re)fazer as relações humanas, para que os idosos não permaneçam excluídos da sociedade; para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade.

## **La representación del anciano en los tiempos de pandemia Bolsonarista y el enfrentamiento neoliberal de la Covid-19 en Brasil.**

**Resumen:** En plena crisis política-ideológica, económica y social creciente desde el golpe parlamentar sufrido por la ex-presidenta Dilma Rousseff, el Brasil verse delante de la gravissima crisis sanitaria, causada por el COVID-19, con incontable muertes humanas, agotamiento del servicio público de la salud, aislamiento social, precarización de las condiciones del trabajo, enfermedad mental, abandono de niños y ancianos en situación de vulnerabilidad. En este marco, un segmento ha ganado la centralidad en el discurso del presidente Jair Messias Bolsonaro, los ancianos brasileños. La inquietud al respecto del anciano y de la vejez, en tiempos de pandemia en Brasil, fue motivada por las hablas prejuiciosas y excluyentes en relación al anciano por parte de Bolsonaro. En la representación por él construida, en pleno enfrentamiento de la Covid-19, bajo los auspicios de la

consolidación del estado neoliberal, hay una naturalización de la necropolítica neoliberal, poniendo la lucha contra la pandemia al cargo de los propios individuos, esperando de estos resiliencia, como si fuera um verdadero acto patriótico, en que el ciudadano tiene el deber de proteger la economía con su propia vida. El anciano, aquí, é visto como una parcela improductiva social, que, por ser redundante, debe quedarse marginalizada, ansiando para los actuares estoicos de los mas jóvenes, cuya muerte se trata de sencillo precio por la libertad ofrecida a los individuos por el gobierno neoliberal.

**Palabras clave:** Representación; Anciano; Discurso; Neoliberalismo; Necropolítica.

## Referências Bibliográficas

BARROS, M. M. L. **Velhice ou terceira idade?** 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

BEAUVOIR, S. **A velhice: realidade incômoda.** DIFEL, São Paulo, 1976.

BEAUVOIR, S. **A Velhice.** São Paulo: Editora Difusão Europeia, 1990.

BEZERRA, A. K. G. **A construção e reconstrução da imagem do idoso pela mídia televisiva.** Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2006.

BEZERRA, B. B. **A terceira-idade é o público-alvo.** Monografia em Comunicação Social. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2006.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COELHO, K. K. S. F. **A representação e o real em Michel Foucault.** RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 03, nº 01, jan./jul., 2011.

COURI, S. **Liberalismo e societalismo.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEBERT, G.G. **Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice.** In: DEBERT, G.G. (Org.). *Antropologia e velhice.* Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998, p. 7-27. (Textos Didáticos).

DOMINGO, A. **Demografia zombi: Resilientes u redundantes em la utopía neoliberal del siglo XXI.** Barcelona: Icaria editorial, 2018.

DUCROT, O. **O Dizer o Dito.** São Paulo: Pontes, 1987.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** Tradução Salma Tannus Muchail. 8º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção tópicos).

GRAU, E. R. **A ordem econômica na Constituição de 1988** (interpretação e crítica). 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

HAYEK, F. A. **Os princípios de uma ordem social liberal.** In: CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy (orgs.). Tradução Sérgio Duarte. *Ideologias políticas.* 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 47-63.

HAYEK, F. A. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. **O caminho da servidão.** 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWN, E. J. **A Era dos Extremos.** Trad. Marcos Santarrita e Maria Célia Paoli, 2ª. ed., 34 reim. Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, MARINA C. S. **O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas.** Textos Envelhecimento, 2005.

MACHADO, I. L. **A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa.** Revista Bakhtiniana, São Paulo, Número 9 (1): 108-128, Jan./Jul. 2014.

OMS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization;** tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997/2002.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Organizadores GADET, Françoise; HAK, Tony. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi – 5ª Edição,

Campinas, SP. Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio (1975)**. Trad. Eni Pucinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. **O papel da memória**. In: ACHARD, Pierre et al. O papel da memória. Campinas: Pontes, p. 49-57, 1999.

PIRIS, E. L. **Análise do discurso e argumentação: procedimentos teórico-metodológicos para exame do jornal impresso. Abordagens metodológicas em estudos discursivos**. São Paulo: Paulistana, p. 91-105, 2010.

TELAROLLI JÚNIOR, R.; RARACHE RILHO, A. **Transição demográfica: fundamentos e desafios para a saúde pública**. In: Del-Masso, Maria Candida Soares; Azevedo, Tania Cristina Arantes Macedo. (Org.). UNATI Espaço aberto ao ensino e à criatividade. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, p. 11-24.

OLIVEIRA, R. C. S. **O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.